



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008137-46.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória**
 Exequente: **Nelson Aparecido Rodrigues de Amorim**
 Executado: **Silvério Junior Oliveira e Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de embargos à execução que está fundada em notas promissórias.

O exame dos documentos de fls. 06/11 denota que os títulos trazidos à colação foram emitidos pelo embargante e tiveram o embargado como beneficiário.

Todos foram protestados.

Já nos embargos opostos, foi feita referência à *"mão de obra de serviço de bomba injetora e turbina do caminhão VOLVO N10"* (fl. 25, segundo parágrafo), bem como a problemas daí derivados nesse caminhão.

Na sequência do feito, as partes foram instadas a esclarecer se desejavam produzir novas provas (fl. 36), mantendo-se silentes (fl. 39).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição dos embargos.

Isso porque a emissão das notas promissórias em apreço não foi negada pelo embargante, bem como não se estabeleceu de forma minimamente segura qualquer liame entre as mesmas e os documentos de fls. 30/32.

Por outra palavras, o embargante não se desincumbiu do ônus que lhe tocava quanto à demonstração de que teria motivos para não pagar os títulos apresentados pelo embargado, cujos atributos subsistem íntegros.

Sua obrigação, portanto, haverá de persistir.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução.

P.R.I.

São Carlos, 29 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**